

Natureza, sensibilidade ambiental e tendências antropocêntricas na literatura infantojuvenil brasileira (1934-1971)*

*Carlos Renato Carola***
*Gladir da Silva Cabral****

Resumo. Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa centrada na observação analítica de livros escolares editados no período de 1930 a 1970; teve como objetivo a identificação de concepções de natureza, sensibilidade ambiental e tendências da visão antropocêntrica na literatura infantojuvenil brasileira. Os 23 livros selecionados foram encontrados em bibliotecas de escolas públicas, bibliotecas universitárias e na rede de sebos da Estante Virtual. O material analisado pode ser considerado como uma amostragem representativa de livros de leitura do período estudado. A análise foi realizada com o suporte teórico-metodológico da História da Educação e História Ambiental. Concluímos o trabalho agrupando as obras analisadas em três perspectivas: 1) literatura antropocêntrica inspirada na ciência e no conhecimento científico; 2) literatura antropocêntrica influenciada pela ideologia desenvolvimentista; 3) literatura antropocêntrica inspirada na ciência ecológica.

Palavras-chave: Natureza; Literatura infantojuvenil; Literatura antropocêntrica.

Nature, environmental sensitiveness and anthropocentric trends in brazilian children's literature (1934-1971)

Abstract. Current analysis is the outcome of a research focused on children's books published between 1930 and 1970 and aims at identifying notion on nature, environmental sensitiveness and anthropocentric trends in Brazilian literature for children and young people. Twenty-three books from the libraries of government-run schools and from the second-hand digital bookshop Estante Virtual were selected. The books may be considered a representative sample of reading books during the period under analysis. Investigation was foregrounded on the theoretical and methodological foregrounding of the

* Artigo recebido em 26/08/2013. Aprovado em 17/02/2014.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC, Criciúma/SC, Brasil.
E-mail: crc@unesc.net

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC, Criciúma/SC, Brasil.
E-mail: gladirc@unesc.net

History of Education and Environmental History. The books were grouped under three perspectives: 1) anthropocentric literature inspired on science and on scientific knowledge; 2) anthropocentric literature influenced by a developmental ideology; 3) anthropocentric literature inspired on ecology.

Keywords: Nature; Children´s literature; Anthropocentric literature.

Natureza, sensibilidade ambiental y tendencias antropocéntricas en la literatura infantojuvenil brasileña (1934-1971)

Resumen. Este trabajo presenta el resultado de una investigación centrada en la observación analítica de los libros escolares editados entre 1930 y 1970. El objetivo fue la identificación de las concepciones de naturaleza, sensibilidad ambiental y tendencias de la visión antropocéntrica en la literatura infantojuvenil brasileña. Los 23 libros seleccionados fueron encontrados en bibliotecas de escuelas públicas, bibliotecas universitarias y en librerías afiliadas a la Estante Virtual. El material analizado puede ser considerado como una muestra representativa de libros de lectura del período estudiado. El análisis fue realizado con el apoyo teórico-metodológico de Historia de la Educación y de Historia Ambiental. Concluimos el trabajo agrupando las obras analizadas en tres perspectivas: 1) Literatura antropocéntrica inspirada en la ciencia y en el conocimiento científico; 2) Literatura antropocéntrica influenciada por la ideología desarrollista; 3) Literatura antropocéntrica inspirada en la ciencia ecológica.

Palabras Clave: Natureza; Literatura Infantojuvenil; Literatura Antropocéntrica.

Introdução¹

Este artigo apresenta parte do resultado de um projeto de pesquisa de abrangência maior. O projeto geral teve por objetivo identificar e analisar concepções de natureza e sensibilidades ambientais em livros escolares de História Natural editados no período de 1934 a 1971. No total, foram identificados e catalogados 77 manuais didáticos (incluindo os compêndios), 23

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida pelo GEPHAE – Grupo de Estudo e Pesquisa em História Ambiental e Educação –, com apoio de recursos do CNPq e da Fapesc.

livros de leitura e consulta, 18 álbuns de figurinhas e três revistas de reino animal para o público infantil (crianças e adolescentes). Neste artigo apresentamos nossas observações sobre concepções de natureza nos livros de literatura infantojuvenil presentes nos livros selecionados. Nossa metodologia de pesquisa se orientou por uma abordagem de História Ambiental dentro do campo de estudo da História da Educação.

De modo geral, observamos os livros com o objetivo de identificar e diferenciar concepções de natureza, sensibilidades ambientais e tendências da visão antropocêntrica. Usamos o conceito de “sensibilidade ambiental” no sentido proposto por Keith Thomas (2001), conceito que indica mudanças de percepção e relação dos humanos com os seres não humanos. Caracterizamos a visão de mundo antropocêntrica como a visão que difunde a ideia de que o mundo foi criado especialmente para a espécie humana; que considera os humanos como uma espécie superior, mais inteligente, mais evoluída; que percebe o mundo natural predominantemente pela perspectiva utilitarista e economicista; enfim, é a visão que projeta sentidos de realidade sempre a partir do ponto de vista da cultura humana, ao mesmo tempo em que projeta “sombras” ou “obstáculos epistemológicos” para uma compreensão da dinâmica ecológica do planeta Terra. Aqui também cabe explicitar o conceito de “visão de mundo” ou “visões de mundo”, como sugere Peter Burke. Em cada momento histórico, grupos sociais desenvolvem ideias e atitudes que caracterizam determinadas visões de mundo, como no caso da visão dos renascentistas, por exemplo. São visões culturalmente construídas em determinadas épocas e lugares. No caso dos renascentistas italianos, “essas visões de mundo encontram sua expressão mais elaborada na arte e na literatura” (BURKE, 1999, p. 212). Na sociedade moderna contemporânea, podemos identificar algumas das tendências da visão antropocêntrica também nos livros escolares e na literatura de um modo geral.

Selecionamos livros de literatura infantojuvenil que, de forma implícita ou explícita, apresentam concepções de natureza da sociedade moderna contemporânea; livros que se referem à História Natural, a animais e plantas. Os livros selecionados foram encontrados em bibliotecas de escolas públicas e universitárias e na *internet*, em sites de colecionadores, na Estande Virtual e no Mercado Livre.

Abordamos os livros de literatura infantojuvenil como documentos históricos. Especificamente, procuramos perceber nos livros analisados a presença (ou ausência) da perspectiva ecológica nas abordagens sobre o mundo natural. Esse objetivo específico se justifica em razão da consolidação do pensamento ecológico em território brasileiro na primeira metade do século XX. Num contexto de disputa e polarização entre uma elite conservadora, herdeira da aristocracia rural-colonial, e os anseios de uma nova geração seduzida por ideais de modernidade e utopias desenvolvimentistas, o pensamento ecológico floresceu e se difundiu em solo brasileiro. Esse florescimento ganhou forma e movimento, principalmente, a partir da década de 1920 e no decorrer do período da Segunda República. Nesse contexto histórico, um dos meios de comunicação e difusão do pensamento ecológico, de novas e velhas sensibilidades ambientais, foi a emergente literatura infantil brasileira.

A delimitação do recorte temporal identifica dois acontecimentos históricos importantes para o processo de formação de uma “consciência ambiental” brasileira. Em abril de 1934 ocorreu no Rio de Janeiro a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Cabe destacar, ainda, que foi na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que se configurou uma espécie de primeira legislação ambiental: criação do Código de Águas, Código Florestal, Código de Caça e Pesca e Código de Minas. Cerca de 40 anos mais tarde (ano de 1971), José Lutzenberger lidera a criação da Associação Gaúcha de Proteção

ao Ambiente Natural (Agapan), um ano antes da Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em junho de 1972 em Estocolmo, Suécia.

O artigo está didaticamente dividido em cinco partes. Primeiramente, apresentamos uma breve contextualização histórica da literatura infantil. Em seguida, explicitamos a visão dos protetores da natureza presente no pensamento científico brasileiro, desenvolvida por cientistas que acreditavam nas políticas de um suposto “Estado Novo”, e a emergência da percepção da crise ambiental no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Depois, apresentamos algumas adaptações do conhecimento científico referente ao mundo natural para a literatura infantojuvenil, especificamente na literatura de Monteiro Lobato e Érico Veríssimo. No tópico seguinte, exemplificamos como a ideologia desenvolvimentista se fez presente na literatura para jovens e crianças; e no último, apresentamos obras baseadas em princípios da ciência ecológica.²

A literatura infantil no contexto do Estado Novo

Após 30 anos de experiência de regime republicano, floresceu e se consolidou entre 1920 a 1940 uma literatura brasileira mais autônoma, embora ainda incipiente e fragmentada. Diante de um Brasil predominantemente rural, temos uma literatura ambientada em cenários e paisagens do mundo natural e rural. Além das obras que penetraram no meio da economia agrária brasileira, outras tematizaram o mundo natural em pequenas propriedades rurais, como fazendas e chácaras, ou em ambientes mais naturais, como florestas ou matas primitivas (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987, p. 81).

Nas décadas de 1930 e 1940, o Estado nacional investiu na literatura infantil brasileira com o objetivo imperativo de propagar valores patrióticos e

² A grafia das citações diretas longas foi preservada. Optamos por preservá-la para manter a historicidade da língua portuguesa.

estimular sentimentos de nacionalidade nas crianças escolares. A partir do momento em que a escola primária se torna oficialmente obrigatória, o espaço escolar e, em consequência, a literatura infantil recebem investimentos estratégicos matizados por interesses políticos e econômicos. Entretanto, a dialética da realidade impossibilita o controle unilateral da escola, e muito mais da literatura infantil, por parte de um ou mais grupos sociais. No âmbito da criação literária, há escritores que se identificam com as políticas de Estado, outros que a contestam, outros que ignoram as polaridades políticas e ainda outros que explicitam novos horizontes e paradigmas (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987).

Até a década de 1940, aproximadamente, acentua-se a ideia de se fazer do Brasil uma civilização moderna, rompendo-se com os paradigmas da outrora civilização europeia de feições medievais. Por isso, o tema da identidade nacional emerge como uma tendência dominante no seio da literatura infantil e não infantil. Em que pese o desejo de libertação cultural impulsionado pelos idealizados da Semana de Arte Moderna, a Europa e os Estados Unidos da América representam dois modelos de referência para quem almeja uma estética artística de “qualidade superior”. Mas a utopia antropofágica oferece uma alternativa para os intelectuais mais críticos e criativos. No âmbito da literatura infantil, “os livros para crianças foram profunda e sinceramente nacionalistas, a ponto de elaborarem uma história cheia de heróis e aventuras para o Brasil, seu principal protagonista”. Muitos escritores saíram a campo em busca do “folclore e das tradições orais do povo, com interesse similar ao das escolas de samba, ao pesquisar os enredos para os desfiles” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987, p. 54).

No Brasil do período Vargas, consagrados escritores da literatura adulta investiram em obras para o público infantil. Autores como Monteiro Lobato, Érico Veríssimo, Cecília Meireles e Graciliano Ramos ousaram em

contribuir com a transformação da sociedade brasileira investindo na literatura para crianças. No âmbito da literatura infantil, no entanto, Lobato não somente conquistou diversas gerações de leitores brasileiros como também conquistou leitores de dezenas de outros países. Suas obras explicitam sua visão de mundo e sua determinação em contribuir com a construção de um Brasil moderno, tendo como referência os Estados Unidos e a Argentina. De um modo geral, Lobato “valorizou a realidade nacional sem abrir mão de uma ótica crítica na abordagem de seus problemas e do estabelecimento de diálogo com referências culturais universais” (SOARES, 2002, p. 62).

Nos campos da Astronomia (*Viagem ao céu*, 1932), da Gramática (*Emília no País da Gramática*, 1934), da Aritmética (*Aritmética da Emília*, 1935), da História (*História do Mundo para Crianças*, 1933), da Geografia (*Geografia de Dona Benta*, 1935), da Geologia (*O Poço do Visconde*, 1937), das ciências exatas (*História das Invenções*, 1935 e *Serões de Dona Benta: Lições de física e astronomia*, 1937), das ciências biológicas (*A reforma da natureza* e *O espanto das gentes*, 1941), da Política (*A chave do tamanbo*, 1942), da literatura (*Dom Quixote das crianças*, 1936; *Fábulas*, lançado em 1922 e reeditado em 1934 dentro do volume de *Reinações de Narizinho*), do Folclore (*Histórias de tia Nastácia*, 1937), da mitologia grega e da filosofia (*O minotauro*, 1939; *Os doze trabalhos de Hércules*, 1944) e mesmo da língua inglesa (*Memórias de Emília*, 1936) (SOARES, 2002, p. 153).

Em *Problemas da literatura infantil* [1952], Cecília Meireles (1979, p. 23) salienta que a história da literatura infantil ainda era “relativamente recente”, e que a categoria “livro infantil” requeria uma identificação mais precisa, “pois nessa categoria se incluem os livros de aprender a ler, e as séries de leituras graduadas que os completam”. Além disso, havia os livros específicos para disciplinas escolares, os recreativos e os livros de gravuras e sem palavras, “destinados aos pequeninos”. A literatura infantil, diz Meireles (1979, p. 27-28), não é um simples passatempo como se imagina, “é uma nutrição”; e embora seja uma invenção criada pelo adulto, com uma linguagem e estilo que se supõe

adequado ao público infantil, é a criança que escolhe, e às vezes ela escolhe outro livro que originalmente não foi pensado para ela.³

As crianças fazem suas escolhas e interpretações, mas literatura infantil também é um dispositivo de controle e educação criada pelos adultos. Lajolo e Zilberman (1987, p. 13) lembram que na história da literatura infantil europeia há diversos exemplos de obras que na sua origem não se destinavam ao público infantil, mas se tornaram clássicos para a infância. Por outro lado, elas salientam que os livros para crianças foram ganhando "certas feições" que as identificam, como, por exemplo, a presença marcante das figuras ilustrativas. Os livros para crianças são escritos por adultos e "estes deixam transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo". Por meio da literatura de ficção, os adultos procuram seduzir e educar as crianças usando os recursos da imaginação e narrativas mágicas. Projetam e idealizam um mundo melhor, mas nem sempre esta referência projetada representa, de fato, renovação e emancipação (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987, p. 19).

Cecília Meireles nasceu, viveu e vivenciou o processo de urbanização do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Sua visão sobre a história da literatura infantil foi influenciada pela dinâmica da vida moderna deste período. Tinha convicção de que a literatura se desenvolvia e proliferava criativamente por meio da tradição oral. Através dessa tradição, diz ela, "recebe a infância a visão do mundo sentido, antes de explicado; do mundo em estado mágico". Por meio da tradição oral, a criança compreende "em forma poética, fluida, com as incertezas tão sugestivas do empirismo, o ambiente que a rodeia, - seus habitantes, seu comportamento, sua auréola" (MEIRELES, 1979, p. 66).

³ Cecília Meireles (1901-1964) foi signatária do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Ao longo de sua trajetória profissional contribuiu para a qualificação da educação escolar por meio da formação de leitores. Dentre as dezenas de livros publicados, publicou em 1952 *Problemas da literatura infantil*. Os textos que compõe este livro foram organizados a partir de três conferências sobre literatura infantil, ministradas no "Curso de Férias" para professores da prefeitura de Belo Horizonte, realizado em 1949.

Ao mesmo tempo em que destaca a importância da tradição oral, Cecília Meireles também explicita sua sensibilidade em relação à dinâmica transformadora e acelerada da vida moderna. Afirma que em sua época ainda existia “vivas histórias e lendas pertencente ao patrimônio oral dos povos”, mas no ambiente urbano esta tradição já se encontrava em processo de desaparecimento. Na província, ressalta Meireles, onde o ritmo da vida era mais lento a tradição oral continuava existindo, “mas nos grandes centros, onde ninguém mais conversa, onde poucos pensam, e as ligações da vida parece emanarem só do cinema e do rádio, sente-se a falta dessa sabedoria falada que é o ornamento do homem simples, unido à natureza e aos seus antepassados” (1979, p. 69).

Meireles dedicou-se à causa da educação brasileira e, em especial, pela educação infantil. Divergia do estilo literário de Lobato, mas partilhava com ele a mesma indignação em relação à precariedade da organização da educação escolar e “rotina fastidiosa” do ensino tradicional imposto às crianças. Aderiu ao movimento dos Pioneiros da Escola Nova e reforçou a importância de se priorizar a organização da escola primária, com base num paradigma de educação em que se devia estabelecer uma relação simbiótica entre a escola e a vida. Nos anos em que Anísio Teixeira foi Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1935), Cecília Meireles foi convidada a integrar o Instituto de Pesquisas Educacionais e em pouco tempo organizou uma Biblioteca Popular Infantil, inaugurada em 1934. A Biblioteca Infantil foi concebida como um lugar de pesquisa e “encantamento” para pequenos leitores. Em função do sucesso do empreendimento e das diversas atividades realizadas, o projeto se transformou em um Centro de Cultura Infantil. Em 19 de outubro 1937, quando o Centro contava com cerca de 1.500 leitores, “foi invadido e fechado por ordem do Interventor do Distrito Federal, com a justificativa de que havia em seu acervo um livro de ‘conotações comunistas’” (SOARES, 2002, p. 207).

Cecília Meirelles foi afastada do Instituto de Pesquisa, mas não abandonou a causa da educação e muito menos a literatura infantil. Concebida a literatura como um importante investimento educativo para formação das crianças; acreditava nas “boas” e “eternas” leituras como forma de “combater as más influências que o mundo – mergulhados em grandes guerras, no culto a individualismo etc. – exercia sobre a criança” (SOARES, 2002, p. 207).

Érico Veríssimo publicou seus principais livros no período de 1932 a 1975. Um dos estilos característicos de sua literatura é a perspectiva histórica. A História do Brasil e a história regional do Rio Grande do Sul podem ser facilmente visualizada em seus romances. Seus escritos literários se constituem em um atraente material didático para o ensino de História e Literatura. Escreveu livros para o público infantil, para jovens e para adultos.

No contexto final do Estado Novo e dois anos antes do término da Segunda Guerra Mundial, Érico Veríssimo se exilou nos Estados Unidos. Decidiu mudar-se com a família a partir do convite que lhe foi feito para ministrar um curso de Literatura Brasileira em uma das universidades estadunidense. A universidade escolhida foi a da Califórnia, em Berkeley. Das conferências proferidas para os jovens estudantes surgiu *Brazilian Literature: an outline*, publicada nos Estados Unidos em 1945 e traduzido no Brasil apenas em 1995, com o título de *Breve história da literatura brasileira*.

Érico Veríssimo não deixa dúvidas em relação ao propósito e nível de conteúdo de sua história. “Esta é uma história da literatura brasileira muito esquemática e indubitavelmente possui falhas” (1997, p. 13). No prefácio ainda esclarece que “estas páginas foram escritas originalmente para serem lidas numa série de conferências públicas que proferi em janeiro e fevereiro de 1944, na Universidade da Califórnia em Berkeley”; e para manter a atenção de uma plateia que certamente não ia se interessar apenas por nomes de autores e títulos de livros de uma cultura estranha, “de vez em quando eu contava uma

história ou anedota retirada de algum romance, conto ou poema da literatura brasileira” (VERÍSSIMO, 1997, p. 13). Sua preocupação maior é convencer os leitores estadunidenses a conhecerem a cultura brasileira por meio da literatura. Sua “Breve História” começa no período da “descoberta” do Brasil e chega até a década de 1930, quando a literatura nacional atinge sua maturidade intelectual, segundo seu pondo de vista.

Os protetores da natureza e a percepção da crise ambiental

Nas últimas décadas, historiadores ambientais vêm demonstrando sistematicamente que a crítica ambiental no Brasil é bem anterior à década de 1970. Em *Um sopro de destruição*, José Augusto de Pádua (2004) demonstra que a crítica à destruição do meio ambiente está fortemente presente no pensamento social brasileiro nos séculos XVIII e XIX. José Franco e José Drummond (2007; 2009) mostram que, na primeira metade do século XX (1920-1940), um grupo de cientistas brasileiros formulou e difundiu ideias para um Programa Nacional de Proteção à Natureza. Esse grupo de cientista projetava a utopia de um modelo de desenvolvimento que fosse compatível com a ideia de proteção à natureza.

Alberto Torres (1865-1917) foi um dos integrantes do movimento de Proteção à Natureza. De um modo geral, não se identificava com a ideologia socialista nem com o liberalismo; identificava-se convictamente com os ideais republicanos, com a realidade social do povo brasileiro e a identidade nacional; criticava as teses racistas e a lógica destrutiva do progresso industrial. Torres não somente criticava o ímpeto destrutivo do progresso econômico, como também sentia a dinâmica acelerada da modernidade contemporânea. Segundo Franco e Drummond, “o Brasil apresentava o que parecia, a Torres, um caso típico de destruição acelerada dos recursos naturais. Em três séculos, segundo ele, tínhamos devastado mais a natureza do que as civilizações do Egito, China

e Mesopotâmia em mais de uma milhar de anos de exploração continuada” (2009, p. 35).

Outro integrante do movimento de Proteção à Natureza foi Cândido de Mello-Leitão⁴; ele publicou livros de História Natural para difundir o conhecimento científico e desconstruir mitos e superstições, e também para estimular sentimentos de proteção à natureza. Diferentemente da linguagem técnico-científica que predomina no seu livro didático *Curso Elementar de História Natural*, nos livros *A Vida Maravilhosa dos Animais* (1935) e *A Vida na Selva* (1940), Mello-Leitão mostra-se mais livre da linguagem científica formal. Faz analogias entre o mundo social e natural; denuncia e critica atitudes individuais e empreendimentos que provocam grandes devastações ambientais.

O livro *A Vida Maravilhosa dos Animais* é composto de conferências sobre assuntos de zoologia proferidos por Mello-Leitão antes de 1935. No prefácio, o autor informa que se trata de uma obra de iniciação à Zoologia “mais interessante para leitores não especialistas”. O livro está dividido em 13 capítulos, escrito em uma linguagem textual acessível ao leitor não familiarizado com os termos técnicos da linguagem científica. Algumas poucas figuras (em preto e branco) ilustram as descrições textuais de cada capítulo.

Sobre a vida social dos animais, Mello-Leitão (1935, p. 15-16) mostra sua preferência pelos animais terrestres. Nas sociedades animais, salienta o autor, encontram-se níveis distintos de evolução, “que vai da reunião fortuita ou das aglomerações gregárias, onde a perfeita igualdade significa a ausência quase completa de civilização (permitam-no o termo), até as organizações verdadeiramente admiráveis dos insetos sociais”. Nessas sociedades, os aspectos que promovem a integração e o aperfeiçoamento são o “amor, um asilo seguro para a prole e a procura de alimento”. Mello-Leitão observa que no reino animal apenas em dois grupos – Artrópodes e Vertebrados – há vida

⁴ Mello-Leitão era Médico pediatra, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dedicou-se aos estudos de zoologia desde a década de 1910.

social; e chama a atenção do leitor para notar que “nos primeiros há sempre a predominância da fêmea (...), ao passo que no segundo surge o domínio e orientação do macho”. Sua percepção ecológica lhe possibilita questionar a ideia de harmonia natural e perfeição, tal como idealizada na República de Platão.

Em suas conferências, Mello-Leitão transgrediu o preceito positivista da neutralidade científica. Sua comparação entre humanos e animais não se restringia apenas ao aspecto do conhecimento. Mello-Leitão se preocupava em informar, ensinar e desfazer superstições, além de questionar interpretações que justificavam preconceitos e relações de dominação. Problematizava, por exemplo, as concepções tradicionais de natureza e as interpretações e apropriações da teoria evolucionista de Darwin pelo discurso colonialista europeu.

O Romantismo também foi tema de suas conferências. Sua abordagem começa com uma análise historiográfica sobre o surgimento do termo Romantismo. Nesse sentido, afirma que “a palavra *romântico*” surge pela primeira vez no período seiscentista, “como equivalente de *romanesco*”. Mas foi somente nos século XIX que “os românticos se reunirão em escola, formando pequenos grupos, onde se pregavam as idéias vindas da Alemanha”. Primeiramente difundiram suas idéias nos “salões de Mme de Stael” e mais tarde os românticos rebeldes criaram a Revista *Conciliatore*. Em termos de identidade, Mello-Leitão diz que uma dose um pouco acentuada de nacionalismo e individualismo “levou-os à contemplação da Natureza”. Segundo o mesmo,

as vozes da alma dos românticos aparecem repercutidas nas mil vozes da Natureza. Ceos e terra, astros, montes, mares, selvas, vales e outeiros, ervas humildes e arvores seculares, flores e pássaros, tudo é invadido pela nova vida sentimental, tudo reflete a cor, o aspecto, o senso, a vida da alma que se expande e busca um íntimo confidente” [Sic!] (MELLO-LEITÃO, 1935, p. 249).

Para Mello-Leitão, a literatura Romântica exerceu uma influência sentimental nos viajantes naturalistas. A Natureza, diz o mesmo, “com o feitiço de seus encantos aumentado na visão dos literatos, parece ter influído nessa ânsia de viagens de estudos, de que foi prodigo o século tranzato”. Os românticos aprenderam o gosto pelas paisagens exóticas por meio da literatura “lidas e sonhadas nos abraços da juventude” (MELLO-LEITÃO, 1935, p. 249-250).

Mello-Leitão (1935, p. 250) não deixa de apontar características menos nobres da escola Romântica. Assinala e característica um pouco exagerada em relação ao nacionalismo e ao individualismo. Reitera que “já se tem inúmeras vezes repetidos que, entre os mais frisantes caracteres do romantismo, estão o amor do isolamento e da solidão, o fascínio de longínquas terras, o exotismo, a preocupação quase doentia do lúgubre, projeções de sua pátria original, de longas noites hibernais, monótonas florestas, fantasmas e duendes”. Entretanto, sua palavra final em relação ao Romantismo revela sua admiração e aprovação:

Os naturalistas foram românticos de ação que procuraram viver o que outros se satisfizeram em sonhar. Muitos aportaram a nossas plagas e aqui ficaram, enfeitados por essa formosa Uíara, cuja coma de esmeralda se estende da floresta amazônica ás campinhas do Prata, envolvendo-os em ondas de perfume e sedução e, encantados amantes, a vida toda passaram nos seus braços e felizes morreram no seu seio. Neles e por eles abençoemos o romantismo! [Sic!] (MELLO-LEITÃO, 1935, p. 261).

O pensamento de Mello-Leitão estava em sintonia com a vertente conservacionista e conservadora de sua época. Os “Protetores à Natureza” idealizaram um novo projeto civilizador para o Brasil. Esse projeto destoava dos grupos políticos hegemônicos que estavam disputando o controle do Estado no período da Segunda República. Como membro desse grupo, Mello-Leitão explicita as características peculiares desse projeto, cuja singularidade

estava na utopia de se pensar um modelo de desenvolvimento que reintegrasse o homem com o mundo natural; e a viabilidade desse projeto só seria possível com as coordenadas científicas da ciência moderna e, particularmente, com a contribuição da História Natural e da Biologia, a ciência da vida. Para Mello-Leitão, o Brasil devia seguir o exemplo dos países civilizados no tocante à política de proteção à natureza. Em entrevista concedida em fins 1933,

o zoólogo argumentava como a defesa da fauna, assim como das riquezas naturais, era uma preocupação essencial dos países civilizados. Várias nações possuíam leis de controle da caça, paralelamente à criação de parques naturais. Citando o exemplo das leis uruguaias e argentinas, destacava a importância de o Brasil sintonizar-se com o urgente estabelecimento de práticas de defesa do seu patrimônio natural.¹⁷ A atuação do zoólogo foi destacada e estreitamente ligada às instâncias do poder instituído, assim como ocorreu com vários de seus colegas do Museu Nacional. Vivia-se uma época marcada por grandes agitações políticas e por verdadeira reviravolta nos rumos da sociedade brasileira (DUARTE, 2009, p. 328).

Segundo Regina Horta Duarte (2009, p. 336), a obra de Mello-Leitão não deixa dúvidas quanto à perspectiva conservadora e autoritária do movimento dos protetores da natureza, ou pelo menos do grupo de intelectuais mais bem articulados com as instâncias institucionais do Estado. Duarte afirma que “a biologia desse autor [Mello-Leitão] expressa claramente uma concepção de natureza sob viés eminentemente autoritário, predominante nos rumos políticos da nação brasileira daquelas décadas”; e que “sua ascensão profissional não deixa de ser simbólica em relação ao fortalecimento de um projeto conservador no qual houve destaque imenso para a natureza, com a valorização do seu estudo e de sua proteção” (2009, p. 336).

No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a destruição socioambiental do planeta emerge como um problema global para a comunidade científica e as populações dos países “mais desenvolvidos” do mundo ocidental. No Brasil, percebe-se que a crítica ambiental ganha força e vitalidade nas décadas de 1960 e 1970. Além de obras de autores brasileiros,

algumas obras estrangeiras começam a ser traduzidas e difundidas no meio intelectual.

Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, foi lançada nos Estados Unidos (EUA) em 1962. No Brasil, a editora Melhoramentos publicou a primeira edição em português em 1964. Inicialmente, o livro de Carson provocou a reação furiosa dos empreendedores da denominada “Revolução Verde”, termo criado pelo *marketing* do agronegócio das multinacionais norte-americanas e europeias. Em pouco tempo, no entanto, o livro dessa bióloga estadunidense conquistou a atenção dos grandes meios de comunicação e da comunidade científica. Carson não foi a primeira cientista a denunciar os danos ambientais e ecológicos do uso intensivo de inseticidas e adubos químicos na agricultura moderna. Mas o estilo literário de sua obra ganhou uma receptividade inesperada. Os títulos dos capítulos evidenciam o estilo literário da autora: *Uma fábula para o amanhã; Elixires da morte; Devastação desnecessária; E nenhum pássaro canta; Rios de morte; Lançados indiscriminadamente dos céus.*

Em 1973, Mário Guimarães Ferri coordenou os trabalhos de tradução da obra *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst. Dorst era professor do Museu Nacional de História Natural de Paris e Vice-presidente da Comissão de Preservação da *União Internacional para a Conservação da Natureza*. Em seu livro, Dorst propõe uma ecologia política para o mundo civilizado antes que a natureza desapareça em função do ímpeto destrutivo do desenvolvimento econômico e tecnológico do mundo moderno. A obra foi dividida em duas partes – Ontem e Hoje – e em dez capítulos. Trata-se de uma abordagem geral sobre a história da humanidade, tendo como pano de fundo a relação com o meio ambiente e o mundo natural. Tal com diversas outras obras da época, a tendência predominante da obra é uma visão trágica sobre os danos socioambientais provocados pela história da humanidade. Na introdução, o

autor salienta que pretender o progresso técnico e muito menos preconizar um suposto retrocesso ao mundo primitivo. “Não queremos desempenhar o papel de Cassadra”, ressalta Dorst:

Mas cada um de nós já, por vezes teve a sensação de se ter instalado num trem que se desloca a uma velocidade tal, que não nos é possível abandoná-lo. Não sabemos para onde nos conduz. Talvez para um grande bem-estar; mas, mais provavelmente, para um impasse, ou mesmo uma catástrofe. O homem, imprudentemente, brincou de feiticeiro, e desencadeou processos que já não consegue controlar (1973, p. 2).

A vida secreta das plantas foi lançada no Brasil em 1976 pelo Círculo do Livro. No livro, os cientistas norte-americanos Peter Tompkins e Christopher Bird ousaram em apresentar o resultado de seus estudos sobre o comportamento das plantas na relação com os seres humanos. Os autores apresentam dados sobre reações físicas e emocionais de plantas que interagem com pessoas em ambiente públicos e domésticos. A motivação principal dos cientistas é demonstrar não somente a importância ecológica das plantas, mas, sobretudo mostrar que elas podem “cooperar com a humanidade na tarefa hercúlea de reverter este planeta num jardim” (TOMPKINS; BIRD, 1976, p. 16). Além de abordarem os aspectos referentes à sensibilidade ambiental das plantas, os autores também apresentam um balanço geral sobre os impactos socioambientais provocados pelo homem moderno. As duas partes finais foram dedicadas para apresentar dados históricos e contemporâneos sobre os impactos destrutivos provados pelo uso intensivo de produtos químicos e radioativos no solo e nas plantas.

Outra obra ambiental traduzida e lançada na década de 1970 foi *Terra, um planeta inabitável?* É interessante observar que enquanto o governo dos generais estimulava e promovia o progresso a qualquer custo, a Biblioteca do Exército publicou a obra de Hans Liebmann (1979), um livro que se propõe o mostrar “toda a trajetória poluidora da humanidade”. A visão de Liebmann

também é catastrófica, mas seus dados e argumentos também são consistentes. A perspectiva da obra está explícita nos títulos dos capítulos: *A caminho da catástrofe ecológica; O meio ambiente na Antiguidade; O meio ambiente na Idade Média; Como escapar à catástrofe ecológica.*

Finalmente, para encerrar esta breve contextualização da percepção da crise ambiental dos tempos modernos contemporâneos, apresentamos a obra *A humanidade e a Mãe-Terra*, do historiador britânico Arnold Toynbee (1982). No Brasil, a primeira edição em português foi lançada em 1979 pela editora Zahar. Também é uma daquelas obras de “história geral” ou “história universal”, uma vez que o autor se propôs a escrever “uma história narrativa do mundo”. Em torno dos 82 temas que abordam a história da humanidade desde os remotos tempos primitivos, Toynbee levanta a seguinte questão: “assassinará a humanidade a Mãe-Terra?” Do ponto de vista tecnológico, Toynbee salienta que “a agricultura e a criação de animais foram, com certeza, as mais importantes de todas as invenções humanas até hoje”; do ponto de vista econômico, elas foram vitais para a vida humana “mesmo em tempos e lugares em que foram obscurecidas pelo comércio e pela manufatura”. O desenvolvimento do poder tecnológico propiciou ao homem a possibilidade de preservação do bem-estar da biosfera – “um bem-estar que é a condição para a sobrevivência de todas as espécies de vida, inclusive a própria vida humana”. Entretanto, na medida em que a sociedade humana foi domesticando e selecionando certas espécies de plantas e animais para seus propósitos particulares, “empobreceu a biosfera para enriquecer a humanidade”; criou uma cultura seletiva e classificatória de forma a excluir e exterminar aquilo que se considerava nocivo ou inútil, surgindo as tradicionais denominações “ervas daninhas” e “vermes” (TOYNBEE, 1982, p. 65).

Ciência e natureza na literatura de Monteiro Lobato e Érico Veríssimo

A partir da década de 1930, torna-se uma prática cada vez mais frequente a aproximação entre ciência e literatura. Os escritores de literatura infantojuvenil se apropriam do conhecimento científico e criam narrativas e personagens balizados por teorias científicas. Entretanto, identificar a concepção de natureza na literatura infantil é uma tarefa cientificamente incerta, pois a perspectiva caleidoscópica parece se fazer sempre presente em cada leitura. Nas obras literárias de Monteiro Lobato, por exemplo, percebe-se uma diversidade de concepções de natureza e representações do mundo natural. Lobato, tal com os escritores e intelectuais de sua época, não escapou da poderosa força de sedução da ideologia desenvolvimentista, e muito menos da mentalidade antropocêntrica consolidada pela sociedade moderna.

Na literatura infantil, tal como na literatura voltada para os leitores adultos, a visão antropocêntrica comanda o poder de criação do escritor. O criador do *Sítio do Pica-pau Amarelo* foi um entusiasmado defensor do desenvolvimento nacional. Defendeu um Brasil mais independente tendo em vista a exploração racional de dois “recursos naturais” estratégicos para o paradigma da sociedade industrial moderna: o ferro e o petróleo; mas também foi um crítico persistente contra a cultura das queimadas e destruição de matas e florestas.⁵

Em *A reforma da natureza*, por exemplo, obra publicada em 1941 – ano em que foi preso por determinação do governo de Getúlio Vargas –, Lobato provoca uma reflexão sobre possíveis consequências derivadas da “manipulação genética” das plantas. As personagens Emília e a menina carioca Rãzinha querem consertar os erros da natureza; elas desejam aperfeiçoar as

⁵ Pesquisas recentes criticam a sensibilidade ambiental na literatura de Monteiro Lobato. Souza e Cavalari (2009, p. 266), por exemplo, afirmam que Monteiro Lobato é um homem ambíguo e contraditório; e que em suas obras literárias predominam duas visões opostas de natureza: a visão romântica e a visão utilitarista.

coisas que, segundo elas, não têm utilidade ou estão fora de lugar. No mundo do faz de conta do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, tudo é possível. Emília é uma criação humana, uma boneca criada por tia Nastácia, que tem o poder de transformar e manipular a natureza. Então, ela e sua amiga Rã começam a fazer *A reforma da natureza*; fazem experiências com animais e plantas, modificam a forma e as funções das espécies naturais conforme suas ideias de mundo e natureza. Em uma das experiências, elas invertem a ordem natural entre uma jabuticabeira e um pé de abóbora com a seguinte justificativa:

Esta jabuticabeira, por exemplo. Não acha que é uma vergonha deste tamanho dar frutinhas tão pequenas? E no entanto temos lá na horta um pé de abóbora que dá abóboras enormes e é um pé que nem é pé de coisa nenhuma – não passa dum talinho mole que se esborracha quando a gente pisa em cima. Vou mudar. Vou botar as jabuticabas no pé de abóbora e as abóboras na jabuticabeira (LOBATO, 1992, p. 23).

Emília continua sua *Reforma da Natureza* até a volta de Dona Benta e tia Nastácia, que estavam na Europa com a missão de organizar a pacificação dos governos europeus. Elas foram convidadas pelas autoridades europeias como representantes da humanidade na “Conferência da Paz” de 1945. Nesse rápido episódio, Lobato não perde a oportunidade de mostrar aos pequenos leitores a lógica perversa da Segunda Guerra Mundial e representar os ditadores e chefes de Estado do Velho Continente como péssimas lideranças para a humanidade. Mas quando elas chegam ao Sítio, o espanto emerge inusitadamente: “– Que é isto, Emília? Que significam estas mudanças?” Emília responde de forma gloriosa: “– Eu reformei a natureza – disse ela. – Sempre tive a ideia de que o mundo por aqui estava tão torto como a Europa, e enquanto a senhora consertava a Europa eu consertei o sítio” (LOBATO, 1992, p. 50). Dona Benta responde na forma de uma lição com visão de História Natural:

– Mas que absurdo, Emília, reformar a natureza! Quem somos nós para corrigir qualquer coisa do que existe? E quando reformamos qualquer coisa, aparecem logo muitas

conseqüências que não previmos. A obra da natureza é muito sábia, não pode sobre reformas de pobres criaturas como nós. Tudo quanto existe levou milhões de anos a formar-se, a adaptar-se; e se está no ponto em que está, existem mil razões para isso (LOBATO, 1992, p. 51).

Lobato ensina princípios ecológicos por meio de um método pedagógico baseado numa relação dialógica. Emília não é meramente repreendida, ela é convencida por meio de “argumentos científicos”. Em relação às mudanças feitas com árvores frutíferas, por exemplo, Dona Benta ensina-lhe que as frutas não existiam para satisfazer as necessidades humanas, elas “existiam para o bem da árvore” (LOBATO, 1992, p. 54).

No desfecho final de *A reforma da natureza* é o Lobato modernista que emerge. Dona Benta convence Emília de que sua reforma traria graves problemas para a vida no planeta, mas admite que algumas de suas reformas poderiam ser úteis. Contradições e ambiguidades à parte, há de se considerar que a literatura de Monteiro Lobato captou fragmentos do pensamento ecológico que estão presentes no cenário político e educacional das décadas de 1930 e 1940.

Viagem à aurora do mundo, de Érico Veríssimo, é uma literatura de ficção com o objetivo de ensinar a Pré-História Natural do planeta Terra. A primeira edição é de 1939. O livro foi concebido pelo autor a “leitores de todas as idades”. No prefácio de 1960, Érico Veríssimo revela seus objetivos e suas motivações. Apresenta o livro como uma “fantasia quase didática na forma de romance”; informa que o “objetivo principal é dar ao leitor uma idéia do mundo pré-histórico, tal como os cientistas o reconstituíram”. “Procurei”, diz o autor, explicitar “uma história compreensiva daqueles truculentos habitantes do mundo antediluvianos”; e seduzir o leitor “envolvendo a narrativa nos véus do romance e por sinal romance folhetinesco ao qual não faltam o mocinho, a mocinha e nem mesmo o homem mau, detentor duma hipoteca...”. Diz que o

livro foi escrito diante de uma máquina de escrever e cercado por dezenas de livros sobre a Pré-História (VERÍSSIMO, 1997, Prefácio de 1960).

O projeto do livro ativou lembranças da infância no autor. Quando criança, ele era aficionado por “plesiossauros, dinossauros, perodáctilos e outros, e creio que foi Conan Doyle que com o seu *O Mundo Perdido* fez com que – sendo eu já adulto – meu interesse por aqueles monstros pré-históricos revivesse” (VERÍSSIMO, 1997, Prefácio de 1960).

A configuração do livro é didaticamente sedutora. Érico Veríssimo organizou seu romance de História Natural da Pré-História em 56 capítulos, ao estilo de uma “fantasia novelesca”. Muito mais interessante e atraente que os livros didáticos tradicionais, os capítulos de *Viagem à aurora do mundo* podem ser concebidos como 56 aulas de História Natural. A narrativa, o cenário, as personagens e a paisagem lembram uma sala atual de cinema em três dimensões.

A *Viagem à aurora do mundo* começa ao estilo de *Moby Dick*, de Herman Melville: “Chamo-me Dagoberto Prata e os fatos que passo a narrar são verdadeiros”. No início da narrativa, Dagoberto informa ao leitor que decidiu seguir as orientações de seu médico. Fugiu do barulho do Rio de Janeiro em busca de um pequeno lugar que lhe prometia paz e sossego, “sem saber que lá me esperava a mais singular e surpreendente das aventuras”. A história é ambientada num pequeno “lugarejo muito antigo” denominado São Silvestre, onde existia um espaço misterioso denominado “Vila do Destino” e um casarão decadente que já havia conhecido seu momento de glória (VERÍSSIMO, 1997, p. 1-3).

A narrativa da Pré-História Natural da Terra foi sedimentada no solo ainda movediço da teoria da evolução, de Charles Darwin. Érico Veríssimo compôs sua obra com 11 personagens confinados em um antigo casarão. Dagoberto Prata é o narrador e romancista apaixonado; Magnólia é a moça

bonita e ingênua enamorada de Dagoberto; Jó é o milionário pragmático que financia a invenção científica; Colibri é o músico que potencializa o clímax emocional tocando músicas de Bach, Beethoven, Handel e outros; Simbá é o servo africano que cuida do casarão; José é um dos ex-proprietários empobrecido do casarão que se finge de fantasma; há o cozinheiro chinês cujo nome é ignorado; e quatro irmãos que formam um quarteto de especialistas: Fabricius, o físico inventor; Aristobulus, o filósofo; Calamar, o naturalista; e Serena, a religiosa católica.

As virtudes e fraquezas de cada personagem evidenciam concepções e tendências ideológicas do próprio autor e também da cultura letrada brasileira da década de 1930. A ciência e os cientistas estão no centro do romance. Dos quatro irmãos que dominam o cenário do casarão, há dois cientistas, um filósofo e apenas uma representante da Igreja católica. Fabricius é representado como o cientista que, embora tenha a inteligência para inventar uma máquina revolucionária, é retratado como sujeito antissocial e estressado. Aristobulus, o filósofo, é um sujeito rabugento, comilão e preguiçoso, que cumpre o papel de cético em todos os capítulos. Serena ganha uma representação relativamente singela, sugerindo a posição de periferia da Igreja católica no contexto da Segunda República Brasileira. Calamar, por sua vez, “é o mais camarada dos tios homens”, diz Magnólia a Dagoberto (VERÍSSIMO, 1997, p. 18).

O papel atribuído a Calamar é coerente com o propósito de *Viagem à aurora do mundo*. Érico Veríssimo muniu sua personagem com o conhecimento historiográfico disponível em sua época. Calamar é o professor de História Natural que se incube de explicar a história geológica da Terra. Suas explicações se baseiam na ideia de “Livro das Rochas” e nos períodos do tempo geológico. Suas aulas acontecem diariamente no “Santuário”, ambiente do casarão onde se encontra a “máquina mágica” do tempo, inventada por Fabricius, o físico estressado. A máquina tem o poder de capturar no espaço sideral imagens do

período pré-histórico da Terra. As imagens são projetadas num quadro de cristal, formando um cenário semelhante às atuais salas de cinema. No livro, percebe-se que Érico Veríssimo capturou uma visão crítica em relação à ciência e ao papel do cientista em função do uso bélico que os governos fizeram nas duas grandes guerras mundiais: “A máquina tinha aspecto agressivo. Parecia mais uma dessas engenhocas destinadas a destruir, produto do cérebro desses inventores que passam a vida nos laboratórios a descobrir a maneira mais rápida, eficiente e barata de eliminar o próximo” (1997, p. 129).

Em síntese, pode-se dizer que *Viagem à Aurora do Mundo* agrada a gregos e troianos, ou seja, católicos e cientistas, e principalmente a leitores aficionados com a visão misteriosa sobre os segredos da natureza. O romance de História Natural de Érico Veríssimo não reforça a tradicional doutrina cristã que ensina que o mundo foi divinamente criado por Deus e que, dentre todos os seres vivos, apenas uma espécie foi feita à imagem do criador. Veríssimo elaborou uma narrativa literária criativa e sedutora sobre a História Natural do planeta Terra. Além de propiciar uma boa aula de História Natural, a obra provoca interessantes reflexões críticas sobre as contradições do homem civilizado. A visão da Pré-História, no entanto, é a visão tradicional e hegemônica da ciência moderna. Os bilhões de anos que cobrem o período de formação do planeta são representados como o tempo do mundo primitivo, selvagem e monstruoso.

Literatura e ideologia desenvolvimentista

Nas décadas de 1930 e 1940, o Estado nacional investe na literatura infantil brasileira com o objetivo imperativo de propagar valores patrióticos e estimular sentimentos de nacionalidade nas crianças escolares. A partir do momento em que a escola primária se torna oficialmente obrigatória, o espaço escolar e, em consequência, a literatura infantil recebem investimentos

estratégicos matizados por interesses políticos e econômicos e também por motivações utópicas que idealizam um Brasil moderno.

Editores e editoras também investem na formação dos pequenos leitores. Por meio da literatura infantil, difundem valores patrióticos e ensinam um modo de ver o Brasil e suas “riquezas naturais”. *O gigante Brasil e os seus tesouros*, de Francisco Acquarone (1898-1954), é uma versão literária de *O Brasil e suas riquezas*, de Waldemiro Potsch (1934). Acquarone informa que seu livro pretende “mostrar às crianças brasileiras os tesouros reais do seu país, através de um relato pitoresco e ameno” (1958, p. 8). Informa, ainda, que seu objetivo foi relativamente alcançado, pois “a prova são os comentários lisonjeiros de muitos educadores brasileiros e a própria acolhida do público, esgotando, em pouco tempo, a primeira, a segunda e a terceira edições da obra”.

Como o próprio título sugere, o livro de Acquarone expressa a tradicional ideia de natureza como recurso econômico. O livro foi inspirado e moldado de acordo com o espírito desenvolvimentista que se proliferou no período do governo Vargas e Juscelino Kubitschek. *O Gigante Brasil* é uma literatura ficcional que procura ensinar quatro jovens escoteiros – dois meninos e duas meninas – o potencial desenvolvimentista contido nas “riquezas naturais” do Brasil. O Gigante é a personagem incumbida de mostrar os “tesouros”.⁶

Francisco Acquarone questiona os compêndios didáticos tradicionais e critica a exploração dos livros escolares para fins lucrativos. Lembra que “hoje em dia” os livros didáticos “são diferentes daqueles do meu tempo, pesadões, áridos e sem interesse imediato para os cérebros infantis”. Em sua opinião, o

⁶ A primeira edição do livro *O gigante Brasil e os seus tesouros* foi publicada em 1943. Durante sua trajetória de escritor, Acquarone publicou dezenas de livros para o público infantil, além de obras para o público adulto. Sua literatura infantil é predominantemente relacionada ao mundo animal, aspecto visível no título dos seus livros: *História Maravilhosa da Arca de Noé*, *O Casamento do Maçarico*, *O Piquenique dos Animais*, *Futebol dos Animais*, *A Guerra dos Animais*, *ABC da Natureza*, *ABC dos Animais*.

estudo deveria se constituir num “centro de atração real, em lugar de impingi-lo como obrigação, indesejável e torturante”. Felizmente, salienta, o esforço dos educadores está focado no interesse da boa educação, “a despeito de muitos programas nocivos, cujo objetivo único de auferir lucros deforma lamentavelmente as intenções dos que se dedicam desinteressadamente aos problemas pedagógicos” (ACQUARONE, Prefácio, 1958, p. 7).

Acquarone deu uma identidade indígena ao *Gigante Brasil*, entretanto um indígena civilizado e aculturado. Caracteriza a personagem dentro de uma perspectiva histórica positivista e evolucionista: o Gigante selvagem do tempo da Brasil português e o Gigante civilizado do Brasil republicano. “Chamo-me Brasil”, diz o Gigante aos quatro escoteiros que estão acampados no interior de uma floresta. O Gigante aparece para os jovens logo depois de uma conversa sobre as “riquezas naturais” existentes no território brasileiro. Por isso, ele resolveu “comparecer pessoalmente para conversar” com as crianças. Passado o susto inicial da aparição, o Gigante acalma e explica: “Como vêem, eu estou bem distante daqueles primitivos indígenas que habitavam o Brasil, na época do descobrimento. A prova é que sei falar a língua que vocês falam, esta língua que se pode chamar de brasileira” (ACQUARONE, 1958, p. 29). No livro de Acquarone, o gigante indígena do tempo de Cabral era o selvagem ignorante que desconhecia os “tesouros naturais” do Brasil, um ser que vivia em estado natural, “rude e sem conhecimento”.

Pouco mais de quatrocentos anos são passados desde o dia em que as caravelas cabralinas enterraram as suas proas nas areias do meu litoral. Nessa época, eu vivia ignorante e selvagem, sem conhecer absolutamente a força que possuía e a riqueza imensa que se guardava para mim, neste solo bendito. Por isso mesmo fui perseguido, fui escorraçado das tabas dos brancos, e fui batido impiedosamente. Os conquistadores, à medida que descobriam os meus tesouros, sentiam crescer-lhes a cobiça e a cupidez. E se aproveitaram do meu estado de primitivo, rude e sem conhecimento (ACQUARONE, 1958, p. 29).

Mas o tempo foi passando e o *Gigante Brasil* foi se despertando de seu “berço esplêndido”. Chegou o dia da Independência e, depois, a República. Então, “durante esse longo transcurso da história, eu acompanhei carinhosamente o nobre e desesperado esforço dos meus filhos para se tornarem um povo livre e ocuparem o seu devido lugar no conjunto das primeiras nações do globo”. Assisti, continua o Gigante Brasil, a lenta formação dos traços culturais, “fui testemunha dos seus sofrimentos e dos seus martírios” e vi a “segura formação da sua mentalidade superior e inconfundível” (ACQUARONE, 1958, p. 32).

Acquarone proclama e exalta a “Marcha para o Oeste”. Na sua ficção literária, o *Gigante Brasil* ensina que o espírito desbravador dos bandeirantes é um modelo a ser seguido. Os bandeirantes “desbravaram as selvas inóspitas” e “descobriram minas fabulosas, fontes de tantas grandezas e tantas misérias morais” (ACQUARONE, 1958, p. 34). Acquarone vislumbra o desenvolvimento do *Gigante Brasil* por meio da combinação de dois espíritos conquistadores: o espírito aventureiro do bandeirante e o espírito científico da ciência moderna.

Ainda hoje o brasileiro deve seguir o exemplo desses aventureiros do século dezesseis e, munido dos recursos que a ciência dos nossos dias lhe pode proporcionar, desbravar o sertão deixando atrás de si a faixa azul do litoral. “Rumo ao Oeste!” Esta é a frase que anda ecoando pelo país. “Rumo ao Oeste!”, deve ser o lema das modernas “bandeiras, destinadas à exploração e ao aproveitamento das riquezas do Brasil (ACQUARONE, 1958, p. 34).

Na versão de Waldemiro Potsch (1934), o ensino de História Natural era concebido como disciplina fundamental porque o Brasil era dono de um território abençoado por Deus em termos de riquezas naturais. Potsch ressalta que “estudar a história natural é aprender a conhecer as nossas riquezas, a pujança da nossa terra, a terra da Promissão” (1934, p. 6). Aprender o conhecimento da história natural do país significa demonstrar orgulho

patriótico e desenvolver uma educação cívica, “encontrando a cada passo os mais gratos motivos para bendizer a Deus pela grande ventura de sermos filhos da incomparável terra brasileira” (POTSCH, 1934, p. 6).

Literatura e sensibilidade ambiental

No Brasil, a crítica ambiental em relação às práticas predatórias de poluição e desmatamento, e também em relação a maus tratos contra animais, está presente na literatura científica, histórica e ficcional desde o século XIX. No século XX, os princípios da ciência ecológica ganharam força com o movimento dos cientistas conservacionistas, movimento cujo marco inicial pode ser representado na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro em 1934.

Aos poucos uma “sensibilidade ambiental” ainda incipiente começou a ocupar espaço na literatura infantojuvenil. Embora esta nova sensibilidade não tenha escapado da influência dos condicionamentos psicológicos e ideológicos da cultura antropocêntrica, ela colocou questões para problematizar e repensar a relação cultura e natureza. No âmbito da literatura, os escritores usaram a criatividade e a imaginação que caracterizam uma sensibilidade mais afetiva e preservacionista em relação ao mundo natural.

Em *História de crianças e de animais*, por exemplo, da Coleção João Köppke (1941), percebe-se a preocupação em ensinar às crianças uma nova forma de ver e se relacionar com os animais. O prefácio é da professora Lucia Monteiro Casasanta, que fez a revisão da edição de 1933. Ao apresentar o livro, Casasanta evidencia sua sensibilidade ambiental e sua visão sobre crianças. Inicia afirmando que o livro conta a história de meninos e animais; de meninos bons e meninos malvados. Histórias de meninos levados que matam jacarés e “meninos bons que trabalham para suas mães”; meninos que “gostam de fazer o bem e meninos malcriados, maus e mentirosos que são sempre castigados”.

No livro, diz Lucia Casasanta, há histórias tristes de passarinhos, histórias que tocam os sentimentos humanos e “quem as lê não tem mais coragem de prender passarinhos em gaiolas”; e também histórias “engraçadas de macacos, elefantes, gato, cachorro etc.” Finaliza seu prefácio dizendo que os meninos de segundo ano vão gostar muito de ler o livro (COLEÇÃO JOÃO KÖPPKE, 1941, Prefácio).

História de Crianças e de Animais é um livro composto de pequenas histórias e poesias acompanhadas de ilustrações em forma de desenhos. As histórias e poesias contam causos de crianças e animais contendo preceitos morais com propósitos educativos. Busca-se ensinar noções de certo e errado, atitudes consideradas boas e ruins, sentido de verdade e mentira. Em relação à sensibilidade ambiental, predominam contos com histórias que primam pela liberdade dos pássaros, analogias que incutem sentido moral de respeito e cuidado para com os animais selvagens; causos que descrevem situações engraçadas, inteligência, sentimento e esperteza de animais; causos que estimulam a sensibilidade ambiental. O conto “os dois passarinhos”, por exemplo, narra a história de um casal de pássaros que fizera seu ninho numa árvore e num certo dia quando a fêmea saiu para buscar alimento para seus quatro filhotes foi aprisionada numa gaiola. Nesta parte da narrativa, espera-se que a criança leitora sinta pena ou fique triste pela situação desesperadora do passarinho macho, que sai em busca de sua fêmea e consegue libertá-la. No final, os dois voltam para o ninho e quando os “filhotinhos os avistaram, escancararam o biquinho e gritaram: - tuí, tuí, tuí” (COLEÇÃO JOÃO KÖPPKE, 1941, p. 33-34).

O conto “Um amigo esquisito” e a poesia “O sapo” procuram desmistificar a ignorância e o medo que crianças e adultos possuem dos sapos. O amigo esquisito da menina Maria Helena é um sapo; ela mora em Belo Horizonte e, quando vem para a fazenda, procura seu “amiguinho estranho”

para brincar. A história conta que Maria Helena “gosta muito dele” e sabe que não deve pegá-lo porque pode ser “perigoso”; que ele “é feio mas não faz mal a ninguém”. Além disso, presta serviço ao homem porque come os “bichinhos” das plantações. A poesia, por sua vez, ensina às crianças que o sapo é um jardineiro de horta, jardim e pomar; ele “anda a caçar os bichos destruidores que adoecem o pomar e fazem triste as flores”. Por isso, as flores ficam zangadas quando “se se faz mal a quem as traz tão guardadas com seu cuidado leal” (COLEÇÃO JOÃO KÖPPKE, 1941, p. 100-103; p.137-139). Em síntese, pode-se afirmar que embora seja uma obra que não consegue transcender a visão antropocêntrica e que excede na antropomorfização, é uma leitura que sugere um modo de perceber os animais de forma mais respeitosa.

No Sertão de Matogrosso é um livro de literatura infantojuvenil com os preceitos básicos da visão do movimento de proteção à natureza. A primeira edição é de 1969, provavelmente. Ivan Engler de Almeida narra a história de amizade entre dois adolescentes que vivem em fazendas no interior de Mato Grosso. O propósito pedagógico do autor é bem visível: ensinar os jovens a verem a natureza como aliada e amiga dos homens. Almeida desenvolveu uma narrativa que mostra a história de duas famílias na relação com o ambiente natural. A fazenda rural é um ambiente que ainda preservava uma paisagem natural, um lugar onde se pode observar floresta, cobras, sapos, aranhas, vespas, abelhas etc. A história é ambientada no ano de 1934, na “Fazenda Floresta Verde”, situada “em pleno sertão de Mato Grosso [...], com seus duzentos alqueires de terra onde havia criação de gado e lavoura” (ALMEIDA, 1979, p. 9). Ivan Engler centraliza a história na relação de amizade entre dois jovens – André e Sidnei –, e num enredo que parte de um desafio entre os dois meninos: a natureza possui todos os remédios para os males do homem?

Em seu livro, Ivan de Almeida explicita uma visão de mundo preocupada em construir uma relação de equilíbrio e respeito entre cultura e

natureza. Entretanto, a fazenda rural é representada de forma romântica; não há situações que levem o leitor a refletir sobre os problemas sociais do campo, predomina a ideia do meio rural como um lugar de maior “harmonia” com o mundo natural. Uma fazenda, no entanto, não é um simples sítio rural criado para as crianças urbanas visitarem em período de férias. Por trás da visão romântica, pode-se esconder, às vezes, a face mais violenta e perversa da fazenda rural como um empreendimento econômico com grande impacto ambiental e social. Nos domínios do mercantilismo e do capitalismo agroindustrial, a fazenda rural é também a primeira fronteira da invasão imperialista antropocêntrica contra o mundo natural.

Na década de 1970, o professor e pesquisador Mário Guimarães Ferri (1918-1985)⁷ também se propôs a contribuir com uma formação mais ecológica das crianças escolares. Ferri publicou livros na área de ecologia e, principalmente, na área de botânica. Seus principais livros foram editados e reeditados no período de 1942 a 1985. Dentre suas obras de estudos mais ecológicas, encontra-se *Ecologia e Poluição*, publicada pela editora Melhoramentos em 1976; *O Mundo em que Vivemos: noções iniciais de ecologia* (Melhoramentos, 1977); *A Unidade Humana do Homem: do homem ao homem* (Cultrix, 1978); *Ecologia do Cerrado* (Itatiaia, 1979); *Ecologia Geral* (Itatiaia, 1980); *Dicionário de Ecologia* (Melhoramentos, 1980); *Vegetação Brasileira* (Itatiaia, 1980); *Nosso Mundo Maravilhoso* (Literatura infanto-juvenil, Pioneira, 1983).

Nosso Mundo Maravilhoso é um livro que se propõe a ensinar as crianças a perceberem o planeta Terra de acordo com os princípios básicos da ciência ecológica. Mário Guimarães Ferri (1983) concebeu e organizou o livro na forma de um “romance da ecologia para criança”. Por meio das personagens – tio

⁷ Mário Guimarães Ferri foi professor e pesquisador brasileiro na área de ecologia e botânica. Assumiu a condição de professor catedrático na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1955, onde também atuou como professor do Curso de História Natural e presidente da editora Universitária. Defendeu sua tese de doutorado sobre a *Transpiração de plantas permanentes do cerrado*, em 1944.

Mauro e o sobrinho Mufi –, o romance narra histórias sobre a vida natural. A narrativa textual é complementada com imagens (fotos e desenhos) que exemplificam e ilustram os ensinamentos ecológicos contido na narrativa. O livro aborda dez temas: *a Terra como um planeta do sistema solar; o reino das plantas; a escola; o reino dos animais; o reino dos micróbios; a cadeia alimentar; os objetivos da ciência ecológica; o problema da poluição como fator de desequilíbrio ecológico*. Dos nove temas abordados no livro, oito são destinados a ensinar os aspectos relativos à ecologia dos seres vivos no planeta; e o último é dedicado aos problemas da poluição industrial e aos desequilíbrios ecológicos.

Tio Mauro (o personagem) começa a contar histórias para Mufi, seu sobrinho, sobre a natureza do “nosso maravilhoso mundo”. Quando você nasceu, conta tio Mauro ao sobrinho Mufi, “a natureza lhe deu um belo presente: o Mundo no qual iria viver”. Este presente é um bem valioso para todas as pessoas, “sejam pobres ou ricas”; “ele pertence a todos e, ao mesmo tempo, não pertence a ninguém”. Em “nosso Mundo”, somos biologicamente todos quais, pois nascemos, crescemos, vivemos e morremos (FERRI, 1983, p. 10).

O propósito educativo de Ferri é direto e explícito. Tio Mauro procura ensinar seu sobrinho a compreender a dinâmica ecológica do planeta Terra e o modo como os seres humanos vêm se comportando neste mundo. O autor procurou construir uma narrativa simulando um diálogo educativo entre o tio e o sobrinho, em forma de perguntas e respostas: “Sabe o que é um planeta, Mufi?” Tio Mauro explica que a Terra é o nosso mundo; ela “é formada de solos (terra), água (mares, rios e lagos) e ar (atmosfera)” e é onde “vivem muitos tipos de plantas, animais e micróbios” (FERRI, 1983, p. 12).

Mário Guimarães Ferri mostra-se realmente interessado em contribuir com uma formação ecológica da população infantil. Suas obras e, particularmente, seu *romance de ecologia para crianças* representa o testemunho

histórico de um setor minoritário dos cientistas brasileiros que, desde a década de 1920, vem sonhando com a ideia de que outro modelo de desenvolvimento é possível. Entretanto, mesmo um reconhecido e experimentado especialista da ciência ecológica com Ferri, não conseguiu transcender à força da ideologia desenvolvimentista. O último capítulo do *Nosso Mundo Maravilhoso* não deixa dúvidas quanto ao poder da cultura antropocêntrica. Tio Mauro explica a natureza dos danos ambientais provocados pelas intervenções inconsequentes do homem; fala dos desmatamentos, do uso antiecológico dos agrotóxicos, da poluição do ar, rios e solo; menciona até o caso de Cubatão como exemplo. Mas no final faz um esclarecimento para não deixar nenhuma dúvida em relação à importância e à necessidade do progresso e desenvolvimento econômico:

Gostaria de deixar bem claro que quando falei que o homem tem grande poder devastador, e que, por ter descoberto o fogo e inventado o arado e outras máquinas capazes de destruir muito em pouco tempo; que inventou uma série de produtos químicos que matam ervas invasoras de culturas, insetos, fungos, pragas de toda a espécie, com isso aumentando os desequilíbrios ecológicos, gostaria de deixar claro, repito, que também disse que, com isso, ele consegue maior rendimento nas colheitas. É preciso compreender que não podemos, nem queremos ser contra o progresso. Ninguém, em seu juízo perfeito, pode ser contrário ao desenvolvimento. O que o homem precisa é agir equilibradamente. Se assim fizer, as descobertas científicas e tecnológicas estarão causando benefícios e não prejuízos (FERRI, 1983, p. 41).

Além de ressaltar a importância do progresso desenvolvimentista, Mário Ferri também se vale da representação genérica do “homem poluidor”, característica comum na maioria dos livros didáticos que abordaram o tema da poluição nas décadas de 1970 e 1980. Enfim, a mensagem final do livro é uma legitimação ao desenvolvimento responsável. Então, tio Mauro, pergunta o jovem Mufi, “você não é contra o uso dos instrumentos que o homem inventou e que permitem o progresso?”; e “nem mesmo é contra o uso da energia atômica?” Nem isso, responde tio Mauro. A energia atômica “pode ser

utilizada para fins de guerra e tal coisa deve ser combatida. Mas pode ser utilizada para fins pacíficos, até medicinais e por que combatê-la neste caso? Não há razão para isso” (FERRI, 1983, p. 42).

Considerações Finais

Não faz muito tempo, as crianças cresciam ouvindo contos de fadas em que animais, sobretudo lobos, eram descritos como astutos inimigos do homem. Um final feliz típico era aquele em que o lobo caía no poço, por causa das pesadas pedras que o habilidoso herói costurara em sua barriga enquanto dormia... (SINGER, 2010, p. 311).

No universo da cultura escolar, a literatura infantojuvenil complementa as estratégias pedagógicas para ensinar crianças e jovens. Histórias em forma de contos ou crônicas, ficção e realidade, geralmente acompanhadas de imagens ilustrativas, são características comuns da literatura infantil. Os livros de literatura, diferentemente dos compêndios e os tradicionais livros didáticos, não se restringem aos aspectos específicos do ensino de um conteúdo disciplinar; são livros que geralmente se propõem a ensinar valores morais, princípios éticos, deveres patrióticos, atitudes e comportamentos que expressam sentidos de certo e errado, bem e mau, belo e feio. Geralmente, são livros que estimulam mais a sensibilidade emocional do que racionalidade cognitiva. Por isso, são livros em que se percebe com maior visibilidade ideologias e preconceitos, sensibilidades ambientais e concepções de homem e natureza. Além dos livros de literatura, circularam também pelas escolas brasileiras livros semelhantes aos atuais paradidáticos, livros informativos sobre o mundo animal, álbuns de figurinhas, revistas infantis, cartilhas de alfabetização repletas de representações de animais não humanos.

Nesta pesquisa, observamos obras de literatura infantojuvenil com o propósito de identificar sensibilidades ambientais, concepções de natureza e

tendências da visão antropocêntrica. Obviamente, como já era esperado, nenhum dos livros analisados transcendeu ao paradigma da perspectiva especista, como aponta Peter Singer (2010). De um modo geral, a literatura também difunde as tradicionais concepções de natureza presentes ainda hoje na sociedade moderna. A descoberta mais significativa, no entanto, é que os livros de literatura infantojuvenil, muito mais que os tradicionais livros didáticos, contêm narrativas que estimulam a sensibilidade ambiental mais respeitosa e preservacionista em relação ao mundo natural. Identificamos livros com histórias que procuram desmistificar preconceitos e superstições em relação aos animais; e histórias que estimulam uma sensibilidade ecológica em relação a animais e plantas.

Diferentemente dos manuais didáticos, onde predomina a racionalidade cognitiva e científica, nos livros de literatura infantojuvenil sobressai o uso da imaginação, a experiência estética, além de ensinamentos para a sensibilidade ecológica. A literatura infantil é uma obra que faz uso da linguagem ficcional para entreter, ensinar conhecimentos e desenvolver sensibilidades. Por isso, ela pode contribuir para a formação de uma sensibilidade ecológica assim como reforçar nossa arrogância antropocêntrica.

De um modo geral, a literatura pode contribuir para a formação de uma sensibilidade ecológica tanto quanto para a manutenção da arrogância especista. É preciso perceber que a atual crise ambiental – crise que motivou a realização da Rio 92 e Rio + 20 – não é uma “nova crise”. Os vestígios deixados pela trajetória histórica da humanidade revelam devastações ambientais ao longo de todos os tempos. No passado como no presente, a ruína das grandes civilizações está diretamente relacionada com o ímpeto destrutivo das classes sociais hegemônicas que dominam a sociedade, que ignoram os sintomas evidentes da crise ambiental e perpetuam as autorrepresentações da espécie humana como uma espécie nobre do

ecossistema planetário; e a educação antropocêntrica reforça a prepotência da espécie humana em relação aos demais seres vivos do planeta.

Concluimos o trabalho diferenciando as obras analisadas em três perspectivas. Caracterizamos a tendência predominante da obra, mas salientamos que nenhuma delas escapou da influência das ideologias, dos preconceitos e preceitos morais do seu respectivo contexto histórico. Ou seja, não existe uma tendência literária sem a influência de outros aspectos culturais de seu tempo. Neste sentido, identificamos uma literatura que procura ensinar a História Natural com base na ciência e no conhecimento científico, como no caso das obras de Monteiro Lobato e Érico Veríssimo. Destacamos para uma segunda tendência como a literatura fortemente influenciada pela ideologia desenvolvimentista; é a literatura que instiga os leitores a perceberem a natureza como um conjunto de “recursos naturais” fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Por último, agrupamos as obras literárias que possuem narrativas que representam uma sensibilidade ambiental com indícios de uma visão de mundo mais ecológica.

Em tempos de crise ambiental e mudanças climáticas, acreditamos que a literatura infantojuvenil também pode contribuir (ou não) com a construção de uma visão mais ecológica de mundo; e a escola pode contribuir para a mudança de paradigma. A sociedade moderna, diferentemente de outras sociedades, instituiu a obrigatoriedade do ensino escolar para toda a população infantil. Isso significa que, no processo de desenvolvimento da formação intelectual, as crianças escolares permanecem no Ensino Básico por cerca de dez anos, na faixa etária que vai dos seis aos 16 anos aproximadamente. É nesse período que ocorre a alfabetização e a formação dos pequenos leitores; e é também pela leitura que elas apreendem e aprendem a ver o mundo; aprendem sentidos de cultura e a natureza.

Referências

- ACQUARONE, F. *O gigante Brasil e os seus tesouros*. 4. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.
- ALMEIDA, Ivan Engler de. *No sertão de Mato Grosso*. 16. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 1979. (Coleção Brasília)
- BURKE, Peter. *O Renascimento Italiano: cultura e sociedade na Itália*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- CARSON, Rachel (1907-1964). *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- COLEÇÃO JOÃO KÖPPKE. *História de crianças e de animais*. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1941.
- DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. Trad. Rita Buongermino e coordenação de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Edgar Blücher, 1973.
- DUARTE, Regina Horta. Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 317-340, 2009.
- FERRI, Mário Guimarães. *Nosso mundo maravilhoso: o romance da ecologia para criança*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1265-1290, out./dez. 2007.
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- LIEBMANN, Hans. *Terra, um Planeta Inabitável? Da Antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade*. Trad. Flávio Meurer. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- LOBATO, Monteiro. *A reforma da natureza*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 2. ed. São Paulo: Sumus, 1979.
- MELLO-LEITÃO, Candido de. *A vida na selva*. São Paulo: Nacional, 1940.

MELLO-LEITÃO, Candido de. *A vida maravilhosa dos animais*. São Paulo: Nacional, 1935.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista - 1786/1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

POTSCH, Waldemiro. *História Natural: o Brasil e suas riquezas*. 11. ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Villas Boas & Cia, 1934.

SINGER, Peter. *Libertação animal*. Trad. Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOARES, Gabriela Pelegrino. *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP.

SOUZA, Heluane Aparecida Lemos de; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. As concepções de natureza e de relação sociedade-natureza no pensamento de Monteiro Lobato. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/FURG-RS*, v. 23, jun./dez. 2009.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. 4. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TOMPKINS, Peter; BIRD, Christopher. *A vida secreta das plantas*. Trad. Leonardo Fróes. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a Mãe-Terra: uma história da narrativa do Mundo*. Tradução de Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VERÍSSIMO, Érico. *Breve história da literatura brasileira*. Trad. Maria da Glória Bordini, 4. ed. São Paulo: Globo, 1977.

VERÍSSIMO, Érico. *Viagem à aurora do mundo*. 17. ed. São Paulo: Globo, 1997.